

DERRUBANDO BARREIRAS, **AUMENTANDO** ESCOLHAS.
INCLUSÃO GLOBAL





DERRUBANDO BARREIRAS, **AUMENTANDO** ESCOLHAS. **INCLUSÃO GLOBAL**

É permitida a reprodução parcial e total desta obra desde que citada a fonte. Tiragem 1ª, impressão: 1000.

Associação Livres

Inclusão Global: Derrubando Barreiras, Aumentando Escolhas.

Deborah Bizarria, Mano Ferreira - São Paulo, Associação Livres, 2023.

ISBN 978-65-997900-1-0

1. Políticas Públicas. 2. Abertura Comercial.

Sobre o Livres

O Livres é uma associação civil sem fins lucrativos que atua como movimento político suprapartidário em defesa do liberalismo. Realiza atividades de formação de liderança, curadoria de políticas públicas e advocacy, qualificando a atuação de mandatários e participando ativamente do debate público. Atualmente possui mais de 4.000 associados, engajados através de núcleos regionais e setoriais temáticas por todo o país.

Projeto Gráfico

Luna Praun

Redação

Deborah Bizarria
Mano Ferreira

Diretoria

Magno Karl
Mano Ferreira

Equipe

Alan Teixeira
Ângelo Novaes
Deborah Bizarria
Felipe Klen
Gustavo Gobbi
João Vitor Almeida
Kerolay Gomes
Luciana Cavalcanti
Luna Praun
Marina Zonis
Rafael Moredo
Sarah Melo

Conselho de Administração

Antonia Martins
Guilherme Setúbal
Luís Lélis
Luiz Felipe Costamilán
Tuana Alves

Conselho Acadêmico

Sandra Rios (Presidente)
André Portela
Cecília Machado
Elena Landau
Fernando Schuler
Gustavo Binenbojm
Laura Muller Machado
Leandro Piquet
Natalie Unterstell
Paulo Roberto de Almeida
Persio Arida
Ricardo Paes de Barros
Samuel Pessôa

SUMÁRIO

INCLUSÃO GLOBAL	5
POR QUE DEFENDER A ABERTURA?	7
CONSUMIDORES	7
CIENTISTAS E PESQUISADORES	8
ECONOMIA CRIATIVA	9
TÊXTEIS E CONFECÇÕES	10
COMO IMPLEMENTAR O PROCESSO DE ABERTURA	11
REESTRUTURAÇÃO TARIFÁRIA	11
ELIMINAÇÃO OU REDUÇÃO DE MEDIDAS NÃO TARIFÁRIAS	12
ACORDOS COMERCIAIS	13
ACOMPANHAMENTO E MITIGAÇÃO DE PERDAS	14
CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS	16
ANEXOS	17
AGRADECIMENTOS	22

INCLUSÃO GLOBAL*:

Derrubando Barreiras,
Aumentando Escolhas.

No mundo contemporâneo, não há caso de país que tenha se desenvolvido mantendo-se como uma economia fechada.

Por outro lado, há farta evidência dos benefícios gerados pela abertura ao comércio internacional para a redução da pobreza e para o bem-estar social. Abertura comercial leva à redução dos preços da economia, com ganhos de produtividade, e em especial, a inclusão de milhões de consumidores no mercado global.

Desigualdade de oportunidades, pobreza elevada e estagnação econômica colocam o Bra-



sil em posição lamentável na comparação com países com perfil semelhante. Muitos fatores explicam esse cenário. Entre eles, a escolha de manter o país como uma das economias mais fechadas do mundo, seja pelo critério de relação entre comércio e PIB, seja pelos níveis de proteção contra importações resultantes das políticas comerciais e industriais.

Uma nova política comercial voltada para fomentar a inserção internacional do Brasil, contribuirá para o crescimento econômico sustentado e a redução da pobreza e da desigualdade de oportunidades. Embora não seja uma panaceia, a abertura comercial é necessá-

ria para permitir que os brasileiros consumam os melhores produtos disponíveis a preços internacionais, bem como produzam e ofereçam serviços com mais eficiência devido ao uso de insumos melhores e mais baratos.¹

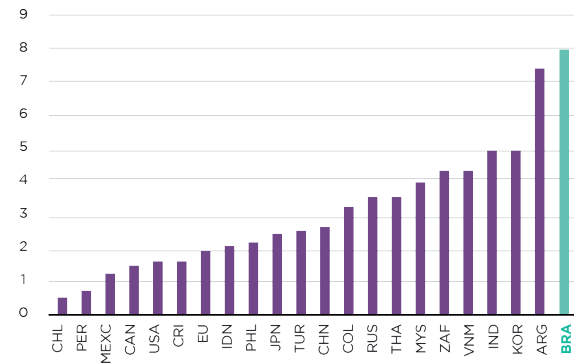
O Brasil é um ponto fora da curva quando se trata dos altos impostos de importação dos produtos industriais. Analisando dados de 2020,² apenas nove países no mundo tinham tarifas médias de importação para produtos não agrícolas mais elevadas que o Brasil: Argélia, Argentina, Butão, Camarões, Comores, Gabão, Irã, Venezuela e Zimbábue. Esse nível de tarifas prejudica tanto o produtor, que precisa de insumos e bens de capital, quanto o consumidor final, que poderia adquirir produtos melhores e/ou com preço mais baixo.

Há evidências de que as pessoas são mais propensas a relatar maior bem-estar em países com políticas comerciais menos restritivas às importações, ou seja, países que têm tarifas mais reduzidas e menos obstáculos ao comércio internacional.³

Não se pode permitir que poucos grupos organizados impeçam o avanço de uma pauta tão fundamental para a inclusão produtiva e de consumo no Brasil. Com a abertura comercial, todos passam a ter acesso a insumos e bens de consumo por um melhor custo-benefício. **O que hoje é um privilégio de poucos, que podem ir fazer suas compras em Miami, precisa se tornar acessível a todos.**

Gráfico 1 Tarifas médias são altas.

Fonte: Wits. Dados de 2018



POR QUE DEFENDER A ABERTURA?

A experiência internacional mostra que **mais competição promove ganhos de eficiência e de produtividade**. O resultado é preços mais baixos ao consumidor e ao produtor, levando à inclusão no mercado global de bens e serviços e à **redução da pobreza**.

CONSUMIDORES

A redução dos custos de importações permitirá que os brasileiros tenham acesso a uma maior variedade de produtos, com **preços mais baixos** e em alguns casos de **melhor qualidade**. Isso significa que itens, desde alimentos até aquele dispositivo eletrônico ou cosmético desejado, vão ficar mais acessíveis a mais pessoas, aumentando o poder de compra e melhorando o bem-estar das famílias.

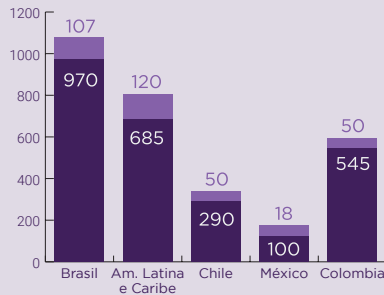
Alguns estudos^{4 e 5} mostram que as **camadas mais pobres da população seriam as principais beneficiadas** por um movimento de abertura comercial no Brasil. Uma redução de impostos sobre as mercadorias importadas e de outras barreiras que impedem importações pode auxiliar no combate a pressões inflacionárias.



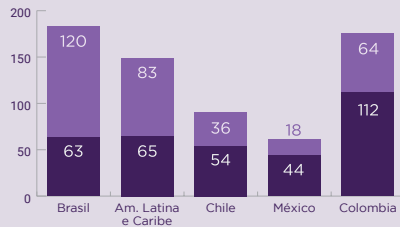
Gráfico 2 Indicadores de Desempenho
"Trading Across Borders"

Fonte: World Bank, Doing Business 2017.
Dados para RJ e SP, 2016.

Tempo médio para importação em horas



Custo médio da importação em dólares



- Despacho aduaneiro e inspeções;
- Preparação, submissão e obtenção de documentos

Atualmente, a **importação de material para pesquisa científica** sofre com as dificuldades causadas pelo protecionismo no Brasil. As altas taxas e a burocracia necessária para importar materiais e equipamentos afetam pesquisadores de modo particular. Afinal, como cientistas frequentemente necessitam de materiais sensíveis que são submetidos a regulações sanitárias, fitossanitárias, de defesa da fauna e flora, ou relacionadas à radioatividade ou drogas ilícitas, entre outros, acabam tendo que navegar a burocracia de diversos órgãos de fiscalização.

Não é raro que o andamento de uma pesquisa científica seja muito sensível ao tempo. Muitas vezes se cobram respostas rápidas aos pesquisadores em momentos de crise, como foi o caso durante a pandemia do Covid-19. Além disso,

ao pretenderem publicar em revistas especializadas e reconhecidas no exterior, devem cumprir prazos para revisão de artigos e de novos testes para submissão.

Então, para que a pesquisa científica brasileira seja prolífica e possa ser reconhecida no resto do mundo, a abertura comercial se mostra como uma condição necessária. Ao perpetuar o protecionismo, o Estado brasileiro dificulta o avanço científico, impondo custos e burocracias desnecessárias aos pesquisadores brasileiros.



ECONOMIA CRIATIVA⁷

Assim como outros países, o Brasil tem uma série de políticas públicas voltadas para a área da economia criativa. Entretanto, como acontece em outros setores da economia, **a própria política de proteção comercial dificulta a produção** dos trabalhadores e empreendedores da economia criativa.

Na produção audiovisual, os equipamentos de som, projeção e captura de imagens têm **altos custos de importação**, muitas vezes inviabilizando a sustentabilidade e a modernização de projetos e empresas com poucos recursos.⁵ Ou seja, esses altos custos acabam sendo repassados não só para o consumidor final, como também encarecem significativamente as políticas públicas já existentes de fomento do cinema brasileiro.

Como as taxas de importação afetam os preços dos equipamentos?

Preço internacional
(Câmbio R\$5,10 | Jan. 2023)

Preço nacional (Jan. 2023)

COMPUTADOR PARA EDIÇÃO



Apple iMac 24"

R\$13.319,00

R\$6.624,90
US\$ 1.299,00

MICROFONE



Sennheiser MKE600

R\$3.095,00

R\$1682,75
US\$ 329,95

FILMADORA



Sony FX6

R\$49.499,00

R\$30.599,95
US\$ 5999,99

O setor têxtil, confecções e vestuário tem um perfil particular dentre os setores da economia brasileira.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção,

o setor tem cerca de 1,36 milhão de empregados diretos e 8 milhões de trabalhadores indiretos, dos quais **60% são de mão de obra feminina** e 24,6 mil unidades produtivas formalizadas no Brasil.⁹

Uma simulação utilizando informações sobre produção, emprego, salário, preços, importação e exportação de 57 setores diferentes, mostrou que liberalização comercial levaria a uma redução de 5%

no nível geral de preços em comparação ao cenário atual. Entre setores que hoje são muito protegidos, como couro, têxteis e vestuários, a redução nos preços poderia variar entre 6% e 16%.⁹

De acordo com essas simulações, os setores de vestuário e têxteis são os que **teriam maior redução de preços e população ocupada** devido ao aumento da concorrência, mas seriam também os que teriam **maior ganho nas exportações** ao aumentarem sua integração com o mercado global. Na prática, esse setor se tornaria mais competitivo e ganharia mais espaço no mercado internacional.



COMO IMPLEMENTAR O PROCESSO DE ABERTURA

A proposta de Abertura Comercial deve ter como foco fazer com que o Brasil **deixe de ser um ponto fora da curva**. Deve aproximar o país das práticas e estratégias adotadas por países com nível de renda semelhante.

Os instrumentos utilizados para gerenciar a importação de bens e serviços a serem foco de reforma são: tarifas, medidas não tarifárias, barreiras ao comércio de serviços e negociações comerciais.

Além disso, é preciso considerar que o processo de abertura comercial gera ganhadores e alguns perdedores no momento imediato após a adoção das medidas. Assim, é necessário considerar os **impactos sobre a renda e condições de vida de trabalhadores** que serão deslocados com a abertura e adotar políticas que mitiguem os custos da transição para uma economia aberta.¹⁰

REESTRUTURAÇÃO TARIFÁRIA

Os critérios que orientam a reforma tarifária aqui proposta são os seguintes:

- a. reduzir fortemente a escalada tarifária que caracteriza a estrutura de proteção;
- b. reduzir o custo das importações de produtos intermediários e de bens de capital;
- c. simplificar a estrutura tarifária, diminuindo drasticamente o número de níveis de alíquotas para o imposto de importação.

Fonte: CINDES, *Integrar para Crescer*. (ver anexo II)

ELIMINAÇÃO OU REDUÇÃO DE MEDIDAS NÃO TARIFÁRIAS

As medidas comerciais administrativas (ou não-tarifárias) são exercidas pelos governos no controle das fronteiras do comércio com o resto do mundo.

Essas medidas administrativas podem **impor altos custos às empresas e dificultar a integração** com as cadeias de comércio global. Incluem não apenas o custo do pagamento das taxas alfandegárias, mas também os custos de pessoal responsável pelo cumprimento das exigências burocráticas como: preparação de pedidos, obtenção de faturas, contratos de frete e seguro, incluindo formulário de consentimento, chegada da mercadoria, controle aduaneiro e liberação da mercadoria na alfândega.

O custo dessas medidas é tamanho que estudo recente¹¹ aponta que um dia de atraso em portos causam um custo adicional que varia de 0,6% a 2,1% do valor da carga transportada, e que o custo de atrasos para insumos é, em média, 60% maior do que para bens finais.

Assim, dentre medidas fundamentais na direção de uma menor burocracia na importação

estão a conclusão do **Portal Único de Comércio Exterior** com pleno funcionamento do Novo Processo de Importação e a **redução da lista de produtos sujeitos a licenciamento** não automático de importações.

Além disso, deve-se **adequar o sistema às práticas internacionais**, de modo a oferecer aos consumidores brasileiros as regras e condições semelhantes às adotadas na maioria dos países.



ACORDOS COMERCIAIS

No atual contexto de crises econômicas e tensões geopolíticas que afetam o comércio, acordos preferenciais de comércio atuam como redes de segurança para a preservação de benefícios e abertura de mercados.

O Brasil deve priorizar a implementação de acordos comerciais com países que possam contribuir para melhorar o acesso dos consumidores a produtos de qualidade e a preços mais reduzidos. A conclusão das negociações em andamento com países desenvolvidos e a continuação das negociações para a acessão do País à OCDE devem ser as prioridades nesta área de política. Dentre essas negociações, deve-se dar andamento à ratificação dos acordos com a União Europeia e a Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) dada a alta complementaridade dos mercados. Deve-se buscar também o estreitamento das relações comerciais com a América Latina.¹²

Além disso, é necessário reformar o modelo de integração do Mercosul para criar condições para a liberalização do comércio. A persistência do modelo atual (união aduaneira) obriga os países a adotarem uma política comercial comum aos membros do bloco e é um obstáculo para que a abertura comercial avance no Brasil.



Apesar de haver evidências que a abertura traz mais benefícios que prejuízos, esses benefícios não são distribuídos de maneira uniforme na sociedade e nos setores econômicos. A geração de ganhadores e perdedores é inerente a um processo de abertura comercial. **As políticas públicas devem estar atentas aos impactos sobre os mais vulneráveis** (trabalhadores que podem perder emprego e renda e enfrentar dificuldades na recolocação durante o período de transição) e a possíveis efeitos sobre o meio-ambiente.

No que concerne à alocação de capital humano, os setores atualmente mais protegidos e mais ineficientes tenderão a sofrer maior impacto do processo, gerando demissões de trabalhadores com qualificação muito específica ou baixa qualificação. Por isso, algumas medidas precisam ser tomadas para lidar com a parcela da população que precisará se adequar para o novo mercado.

Já no âmbito da proteção ambiental, é desejável que a política de abertura inclua os **compromissos de desenvolvimento sustentável nos acordos comerciais**. É também desejável um maior engajamento dos atores públicos e privados na adoção de padrões voluntários de sustentabilidade, evitando assim que tipos de padrões, criados sob a pressão de grupos de influência diversos, criem impactos negativos às exportações brasileiras.



CONCLUSÃO

Em uma sociedade livre e próspera, as pessoas devem ser capazes de construir os seus próprios caminhos, tendo acesso a oportunidades e ao que há de melhor oferecido pelo mundo.

No Brasil de hoje, porém, os brasileiros mais pobres são **excluídos da globalização e de seus benefícios** em favor de poucos setores protegidos da concorrência externa. Este contexto de exclusão reforça a improdutividade dos nossos setores econômicos e encarece os produtos e serviços consumidos pela maior parte da população, reduzindo seu poder de compra.

Assim, o Brasil precisa implementar uma política gradual de abertura comercial sem esquecer da **responsabilidade com os trabalhadores** que precisarão ser realocados em função destas reformas.

As lideranças políticas precisam entender que **sem essas medidas** os brasileiros e as empresas continuarão **isolados, empobrecidos e atrasados**. No mundo de hoje, não é possível ter políticas efetivas de inclusão social enquanto milhões de brasileiros são excluídos do que é produzido no resto do mundo.

REFERÊNCIAS

*O presente documento é baseado em grande medida nas propostas apresentadas pelo CINDES no documento **Integrar Para Crescer: Uma Proposta De Liberalização Comercial.**

1. OECD (2020), **OECD Economic Surveys: Brazil 2020**, OECD Publishing, Paris;
2. Os dados podem ser encontrados no **Tariff Download Facility**: <http://tariffdata.wto.org/>;
3. KHUN, Channary; LAHIRI, Sajal; LIM, Sokchea. **Do people really support trade restrictions? Cross-country evidence.** The Journal of International Trade & Economic Development, v. 24, n. 1, p. 132-146, 2015.
4. ARNOLD, J. et Al. (2018). **Relatórios Econômicos OCDE: Brasil 2018**;
5. MOREIRA, M.M. e STEIN, E. (2020). **Trocando promessas por resultados: o que a integração global pode fazer pela América Latina e o Caribe.** Banco Interamericano de Desenvolvimento;
6. CINDES (2017). **A importação de materiais para a pesquisa científica e tecnológica no Brasil: avaliação da situação atual**;
7. CARVALHO, Milena Times de. (2015). **Políticas Culturais de Acesso ao Cinema no Brasil: Os Desafios do Programa Cinema Perto de Você.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília/ UnB. Linha de Pesquisa: Políticas de Comunicação e de Cultura. Orientadora: Profa. Dra. Elen Cristina Gerales.
8. IEMI (2021). **O Panorama Setorial da Indústria Têxtil Brasileira**;
9. DEGAUT et al (2017). **Relatório de Conjuntura numero 3: Abertura Comercial Para O Desenvolvimento Econômico**;
10. BACHA et al (2022). **Integrar Para Crescer: Uma Proposta De Liberalização Comercial.** CINDES;
11. ORNELAS, E. PESSOA, J.P. e FERAZ, L. (2020). **Política Comercial no Brasil: causas e consequências do nosso isolamento.** Ed. Bei.
12. RIOS, S.P. (2018). **Abertura Comercial, Reforma Tarifária e Negociação de Acordos Comerciais.** Revista Brasileira de Comércio Exterior. Ano XXXII. No136. Jul. Ago e Set. de 2018.
13. DUTZ, Mark A.; ALMEIDA, Rita K.; PACKARD, Truman G. **The jobs of tomorrow: Technology, productivity, and prosperity in Latin America and the Caribbean.** World Bank Publications, 2018.
14. Artigo por Diogo Costa publicado no Notícias Agrícolas em 01/06/15. Acesso em 13/03/23.

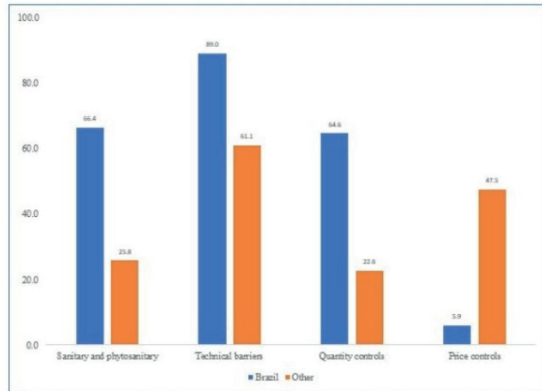
I. Restrições Não-Tarifárias (burocracia) são acima da média¹³

NTM = Medida não tarifaria

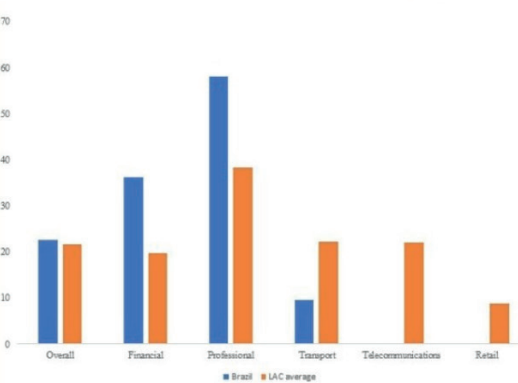
LAC = America Latina e Caribe

Chart 1 – Brazilian non-trade restrictions are above average

Brazil has higher coverage of NTMs than the world average in most areas (2015, %)



Services trade restrictiveness index, Brazil relative to LAC average (higher values means more restrictive regimes)



Source: Dutz, M. (2018). "Jobs and Growth: Brazil's Productivity Agenda", World Bank.

II. Proposta de Reestruturação Tarifárias do CINDES

A reforma tarifária deve ser implementada gradualmente em um prazo pré-definido, preferencialmente dentro do mandato em exercício.

A partir do primeiro semestre de 2023: levar a 100% de todos os setores a redução de 20% já aplicada desde maio de 2022. Tal redução deixaria de ser temporária e as alíquotas dela resultantes seriam a base para as reduções subsequentes.

Nos anos seguintes, as reduções seriam distribuídas em tarifas percentuais para todos os produtos, de forma a levá-las a média nacional dos 13,3% em 2020 a 5,9% ao final do processo.

O valor médio ainda seria maior do que a média das tarifas adotadas por membros da OCDE, organização a cujo acesso o país se candidata, na qual a tarifa média era, em 2020, de apenas 4,4%.

III. Protecionismo: Capitalismo para os ricos, socialismo para os pobres

por Diogo Costa¹⁴

O fim da guerra fria, o grande desfecho do embate entre capitalismo e socialismo, não resultou em um triunfo incontestado do livre mercado, como desejariam liberais e lamentam os socialistas.

Resultou em um arranjo bizarro, uma política econômica híbrida e intervencionista. Em larga medida, foi criado um capitalismo para os ricos e um socialismo para os pobres. O Brasil exemplifica o modelo de modo emblemático.

Pense no varejo. Rico faz compras em Miami. Pobre fica entre comprar produtos chineses altamente tarifados ou o substituto nacional altamente tributado. Pense no trabalho. Rico trabalha como Pessoa Jurídica. Os encargos trabalhistas não abocanham seu salário. Pobre trabalha amarrado pela CLT. Todo empregado pobre é um trabalhador mais suas circunstâncias fiscais. Pense nas finanças. Rico consegue empréstimos subsidiados pelo BNDES. Pobre tem que pagar juros exorbitantes incluindo os subsídios governamentais.

Pense também na construção civil. Rico consegue licitação de obras com garantia lucros. Os pobres pagam a conta caso o projeto do rico dê errado. Pense nos impostos. A tributação brasileira é regressiva. Ricos pagam proporcionalmente menos tributos que os pobres.

Os pobres precisam de mais capitalismo. Precisam de mais produtividade, para que suas atividades profissionais agreguem mais valor à sociedade. Precisam de mais empreendedorismo, para que consigam transformar suas ideias em negócios. Precisam de mais comércio, para que interações econômicas voluntárias sejam mutuamente benéficas. E precisam, com tudo isso, de mais consumo, para que com mais escolhas tenham melhor padrão de vida.

O que existe no Brasil não é uma divisão entre a classe empresarial e a classe trabalhadora. Há empreendedor que não cresce por causa do capitalismo de privilégios. Há sindicalista que lucra bem com o socialismo de massa. O Brasil continuará o país dos contrastes enquanto deixarmos que apenas os ricos tenham acesso a

um pouco de capitalismo enquanto os pobres ficam de chapéu estendido para o socialismo.

Não é protecionismo, é exclusão comercial

A burguesia brasileira se define pela detenção dos meios de locomoção para Miami. Quem mais sofre com as restrições à importação não é o casal do Leblon que faz enxoval na Macy's. É a família pobre que tem que parcelar suas compras em 24 vezes nas Casas Bahia. Se não houvesse tarifa de importação, preços baixos diminuiriam o status social do boné da Gap e da pólo Ralph Lauren.

A exclusividade dos artigos importados continua garantida. Dentre os 179 países listados pelo Banco Mundial, o Brasil é o país com menor importação do mundo mensurável: No grupo dos Brics, por exemplo, a China tem importações de produtos e serviços de 27% do PIB, a Índia de 30% e a Rússia de 21%. Entre as principais economias da América Latina, o México tem importações correspondentes a 32% do PIB, a Argentina a 20% e a Colômbia a 17%.

No Brasil, as importações somam 13% do PIB. O custo médio de importação no Brasil é de U\$2.275 por container. A média da América Latina é de U\$1.612. Parte desse custo são tarifas de importação. Mas, de acordo com o Índice de Liberdade Econômica, uma causa de preocupação são as barreiras não tarifárias e outras medidas protecionistas. São barreiras que o governo poderia retirar sozinho, sem depender de negociação internacional, de rodadas da OMC nem precisar pedir licença para o Mercosul.

Os ricos do nosso Brasil gostam de falar de programas de inclusão social. Agora, quando foi que você já ouviu algum político de Brasília ou atriz da Globo falando de projeto de inclusão comercial? Inclusão social dá a gente rica a oportunidade de visitar a favela. Inclusão comercial dá a gente pobre a oportunidade de visitar o shopping. E o brasileiro rico é nativista: não gosta de ver índio nem pobre fora de seu habitat natural.

Está na hora de libertarmos os pobres do Brasil da condenação do socialismo. Capitalismo não pode ser apenas um privilégio dos ricos. Está na hora de levar o capitalismo para os pobres.

AGRADECIMENTOS

O Livres agradece a todos que contribuíram direta ou indiretamente com a elaboração deste documento.



Pela Liberdade,

